

Airto Chaves Junior
Denival Francisco da Silva
Thiago Aguiar de Pádua

QUOTIDIANUS II

A questão criminal das drogas

Airto Chaves Junior
Alexandre Bizzotto
Danilo dos Santos Vasconcelos
Debora Regina Pastana
Denival Francisco da Silva
Fernanda Orsomarzo
Jefferson Carús Guedes
Leonardo Costa de Paula
Rosberg de Souza Crozara
Thiago Aguiar de Pádua
Tiago Felipe de Oliveira



tirant
lo blanch

São Paulo
2020

Copyright© Tirant lo Blanch Brasil

Editor Responsável: Aline Gostinski

Assistente Editorial: Izabela Eid

Capa e diagramação: Natália Carrascoza Vasco

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Ex Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

WEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

Q91 QUOTIDIANUS II : a questão criminal das drogas

Organizadores Airto Chaves Junior, Denival Francisco da Silva, Thiago Aguiar de Pádua. – 1.ed. – São Paulo : Tirant lo Blanch, 2020. 232 p.

ISBN: 978-65-87684-91-8

1. Direito penal. 2. Drogas. 3. Tráfico de drogas no Brasil. I. Título.

CDU: 343.575

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2909, sala 44.

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP CEP: 01401-000

Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com / atendimento@tirant.com

www.tirant.com/br - www.editorial.tirant.com/br/

tirant
lo blanch

SUMÁRIO

QUOTIDIANUS II: A QUESTÃO CRIMINAL DAS DROGAS.....	9
GUERRA ÀS DROGAS, E PAZ A QUEM?	15
UTOPIAS, DISTOPIAS E MILENARISMO A PARTIR DAS EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS DAS LEIS DE DROGAS E DOS CÓDIGOS PENAL E DE PROCESSO PENAL	15

Thiago Aguiar de Pádua

Jefferson Carús Guedes

1. Introdução: A Continuação de uma Pesquisa Sobre Direito, Utopia, Distopia e Milenarismo.	15
1.1 Inicialmente o Milenarismo	22
1.1.1 Pré-milenarismo e Pós-Milenarismo	23
1.1.2 Processo, Poder e Milenarismo	24
1.1.3 Milenarismo, esperança e o “choque de ícones”: o Iconoclash Processual	30
2. As mudanças legislativas como alternativa às crises, a esperança e a criação de expectativas no direito criminal brasileiro	32
2.1 As promessas do CP (1940) e do CPP (1941) – Francisco Campos	34
2.1.1 Pressupostos Doutrinários do Regime	34
2.1.2 Codificação Criminal.....	36
2.1.3 Codificação Processual Penal.....	38
2.1.4 As “promessas” das Leis Antitráfico ou Drogas (1938, 1976 e 2006).....	40
2.2 A religiosidade de Francisco Campos como possível elo ao milenarismo	41
2.3 As Conexões Entre Direito-Religião e Lei-Religião e a Associação entre Utopia e Esperança	44
2.3.1 Utopias e o Princípio da Esperança: pensamento utópico ou utopismo como promessa política e social por meio do Direito	44
2.3.2 Códigos como promessas utópicas e realidades ou experiências concretas distópicas	46
3. Considerações Finais	47
Referências Bibliográficas	49

A DROGA DO DIREITO PENAL 55

Debora Regina Pastana

Referências Bibliográficas 67

GUERRA ÀS DROGAS, PRISÃO E MULHERES: DA EXCLUSÃO NEOLIBERAL AO EXTERMÍNIO DA EXISTÊNCIA VULNERÁVEL 71

Fernanda Orsomarzo

1. Neoliberalismo e Estado Social mínimo: uma introdução para compreender o Estado Penal máximo..... 71

2. Necropolítica: o traficante inimigo e a Lei de Drogas 78

3. Guerra às drogas e encarceramento feminino: números da invisibilidade... 88

Referências Bibliográficas 94

A GUERRA ÀS DROGAS E A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA..... 97

Alexandre Bizzotto

1. Sobre o controle penal..... 99

2. Os movimentos da lei e ordem e o seu amparo científico..... 100

3. A guerra às drogas 103

4. Sobre a presunção de inocência 107

5. A debilitação da presunção de inocência pela guerra às drogas..... 109

6. Uma conclusão 112

Referências Bibliográficas 113

A VALORAÇÃO DO DEPOIMENTO DO POLICIAL MILITAR NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL POR CRIME DE DROGAS 115

Denival Francisco da Silva

1. “Guerra às drogas”: gerando um inimigo para chamar de seu 115

2. “Guerra às drogas”: preparando a artilharia 125

3. “Guerra às drogas”: o processo penal é garantia do imputado, e não arma contra o “inimigo” (indivíduo) 130

4. Mesmo na “guerra” não se permite extrair confissões de “inimigos” 133

5. “Guerra às drogas”: inimigo tombado, é o momento de derrotá-lo de vez: denunciar e sentenciar 140

Referências bibliográficas 142

AS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA MILITAR (P2) E AS VIOLAÇÕES NO SUPOSTO COMBATE ÀS DROGAS..... 147

Danilo dos Santos Vasconcelos

Introdução	147
1. Caminhando pela História.....	148
2. O Limite Necessário.....	150
3. Da Investigação.....	151
4. Análises conclusivas.....	163
Referências Bibliográficas	165

INVESTIGADOR BENTINHO: PARANOIA E INCONSTITUCIONALIDADE DO AGENTE POLICIAL DISFARÇADO ENQUANTO MEIO DE OBTENÇÃO DE PROVAS NOS DELITOS DE TRÁFICO DE DROGAS 167

Tiago Felipe de Oliveira

Introdução	167
1. A farsa do agente disfarçado	169
2. BENTINHO paranoico e a terapia constitucional	172
3. Finalmente: a única presunção admitida.....	175
Referências Bibliográficas	178

NOS CRIMES PREVISTOS PELA 11.343/2006, É POSSÍVEL PENSAR QUE O JUIZ OU AUTORIDADE POLICIAL TERIAM ATRIBUIÇÃO PARA LAVRATURA DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA? 181

Leonardo Costa de Paula

Rosberg de Souza Crozara

1. Apresentação da problemática da decisão na ADI 3.807.....	181
2. Para compreender a função do TCO na sistemática do CPP atual.....	182
3. Sobre o que seria o TCO? É parte da investigação ou mera peça informativa	185
4. Das funções públicas da legalidade, o que é autoridade policial e o sistema acusatório com tudo isso como resolver?.....	189
Referências Bibliográficas	198

TRÁFICO DE DROGAS NO BRASIL: POR UMA PROPOSTA RACIONAL DE CRIMINALIZAÇÃO 199

Airto Chaves Junior

Introdução	199
1. O referente da ilicitude do objeto	200
2. Discurso de justificação	203
2.1 A Saúde Pública como Valor Constitucional	205
2.2 A Saúde Pública como Bem Jurídico Coletivo: falseando premissas.....	206
2.3 Saúde Pública e a não distributividade dos bens jurídicos coletivos.....	208
2.4 A tutela penal da saúde pública no Brasil.....	211
2.5 A inconsistência das múltiplas ações que marcam o tráfico de drogas e o “perigo” gerado ao Bem Jurídico	214
3. Por uma medida razoável de pena.....	220
4. Considerações finais	224
Referências bibliográficas.....	226